

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Novembro/2022

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista de Controle Externo – Especialidade Controle Externo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA ESCRITA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A educação permite perpetuação da cultura e da civilização.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

O que será da escrita sem solidão?

Já não resta na minha vida nenhuma solidão. Me pergunto se haverá solidão em algum lugar, se alguém é ainda capaz de estar só, de alcançar um estado de solidão. Não me refiro, claro, à penúria afetiva, ao abandono, ao desamparo, males diários que se encontram por toda parte, no meio da multidão. Penso mais num silêncio dilatado, vasto, num silêncio que é a ausência de notícias, de palavras, de ruídos. Penso num retiro íntimo, um lugar em que já não se ouça a respiração ofegante do mundo.

*Andei lendo **Escrever**, de Marguerite Duras, um relato de como ela construiu para si uma solidão densa, de como só assim se tornou capaz de escrever. “A solidão é aquilo sem o qual não fazemos nada”, ela diz. “Aquilo sem o qual já não vemos nada.” Para a escrita, nada seria mais necessário que a solidão, algum grau de asilo pessoal seria sua condição imprescindível. Fiquei pensando o que será da escrita quando já não houver, em absoluto, a solidão. Fiquei pensando o que será da leitura quando não houver, em absoluto, silêncio.*

Por anos, escrever me exigiu uma busca irrequieta por espaços calmos, espaços isolados do alvoroço que nos cerca, que nos acossa. Quando não consegui construir a solidão em minha casa, me refugiei no consultório abandonado do meu pai, me exilei em outro país, no apartamento dos meus avós mortos, me recolhi em cantos ocultos de bibliotecas. Como se não pudesse ser visto, como se escrever fosse uma subversão, um segredo.

A esta altura desisti de estar só. Me falta tempo para essas fugas, e já percebi que o mundo dispõe de fartos recursos para me achar onde quer que eu esteja. Quando consigo ignorar seus apelos, ouço minhas filhas no quarto ao lado, brincando, rindo, cogito me juntar a elas e me reprimo. Escrever deixou de ser ato subversivo e passou a ser, por vezes, cruel: ignoro minha filha que esmurra a porta e clama pelo pai enquanto não termino a frase de vez. Quando elas partem, ainda não há solidão: a casa reverbera os seus gritos, recria sua presença em infinitos objetos. Nesta casa nunca mais haverá solidão, e tudo o que eu escrever aqui trará essa marca indelével.

(Adaptado de: FUKS, Julián. **Lembremos do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 119-120)

1. Considerando-se o conjunto desse texto, o autor, ao tratar da solidão, assume
 - (A) pontos de vista alternativos, pois ora defende o culto do ócio, ora execra o hábito de quem a ele se rende.
 - (B) uma posição dogmática, pois considera imprescindível a experiência de um retiro para que se escreva algo pessoal.
 - (C) o abandono da sua convicção quanto ao imperativo da solidão absoluta para poder escrever.
 - (D) a desistência progressiva da solidão pela vontade maior de passar a criar num modo de parceria.
 - (E) a tese conclusiva de que só é possível escrever a partir do momento em que se ouvem os reclamos sociais.

2. A convicção de que o estado de solidão deixou de ser possível deve-se, sobretudo, à causa exposta no segmento
 - (A) à penúria afetiva, ao abandono, ao desamparo (1º parágrafo)
 - (B) é aquilo sem o qual não fazemos nada (2º parágrafo)
 - (C) algum grau de asilo pessoal (2º parágrafo)
 - (D) busca irrequieta por espaços calmos (3º parágrafo)
 - (E) o mundo dispõe de fartos recursos para me achar (4º parágrafo)

3. Depreende-se da leitura do último parágrafo que, diante da agitação de suas filhas, o autor
 - (A) passou a considerar sua antiga necessidade de solidão como um simples capricho de escritor frustrado.
 - (B) teve que considerar a força dos elementos externos que passaram a integrar sua produção de escritor.
 - (C) se deu conta de que escrever passaria a ser algo inviável, na falta de um pleno recolhimento.
 - (D) se viu como um pai cuja indiferença aos apelos das crianças revelava sua maturidade como criador.
 - (E) percebeu que aquela perturbação, uma vez afastada, dava lugar à solidão mais produtiva.

4. Considerando-se o contexto, depreende-se que há uma **oposição** de sentido entre os segmentos
 - (A) silêncio dilatado / retiro íntimo (1º parágrafo)
 - (B) asilo pessoal / absoluto silêncio (2º parágrafo)
 - (C) isolados do alvoroço / consultório abandonado (3º parágrafo)
 - (D) ato subversivo / tudo o que eu escrever aqui (4º parágrafo)
 - (E) seus apelos / a casa reverbera (4º parágrafo)



5. Um segmento do texto tem seu sentido corretamente interpretado no seguinte caso:
- (A) *Penso mais num silêncio dilatado* (1º parágrafo) = Cogito sobretudo um silenciar expandido
 - (B) *algum grau de asilo pessoal* (2º parágrafo) = um certo nível de intimidação recolhida
 - (C) *como se escrever fosse uma subversão* (3º parágrafo) = sendo de tal forma penosa uma escritura
 - (D) *o mundo dispõe de fartos recursos* (4º parágrafo) = retiram-se da vida inúmeros expedientes
 - (E) *trará essa marca indelével* (4º parágrafo) = advirá desse estigma insondável
-
6. A concordância verbal está plenamente observada na frase:
- (A) Já não me restam nestes novos momentos senão concordar que as experiências de solidão tornaram-se impossíveis.
 - (B) As frases em que a grande Marguerite Duras brindaram a importância da solidão ressoam em mim até hoje.
 - (C) Uma busca obsessiva por espaços e recantos solitários condicionavam minha necessidade de escrever.
 - (D) Somente algum refúgio nos espaços isolados de asilos voluntários permitia-me momentos de criação.
 - (E) Aos gritos das crianças sucediam-se, por vezes, a reverberação de ecos que iam marcando minha escrita.
-
7. Está correta a nova redação de um segmento do texto em
- (A) *ainda é capaz de estar só* = ainda está apto à ser só
 - (B) *não me refiro à penúria* = não me atendo pela penúria
 - (C) *uma busca por espaços* = uma demanda aos espaços
 - (D) *espaços isolados do alvoroço* = espaços alheios no alvoroço
 - (E) *desisti de estar só* = renunciei a estar só
-
8. No segmento sublinhado, o verbo está na voz passiva e se encontra corretamente flexionado em:
- (A) Ele não se acha capacitado como escritor, quando não está isolado de tudo e de todos.
 - (B) Caso ele não satisfazer seu desejo de estar só, não se animará a escrever.
 - (C) Ele já havia se convicto de escrever mesmo na presença das crianças ruidosas.
 - (D) Foram muitos os momentos de solidão que ele havia transposto para poder escrever.
 - (E) Ele foi demovido de sua obsessão por estar só pela ação das suas filhas.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, baseie-se no texto abaixo.

A nuvem

– “Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar!”

E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz, carne, batata, transporte, custo de vida, buracos na rua etc. etc. etc.

Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu for ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler? Acho que o leitor gosta de ver suas queixas no jornal, mas em termos.

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos da rua e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. São caprichos de certa fase. Mas que importa? Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. Ele se irá como veio, leve nuvem solta na brisa, que se tinge um instante de púrpura sobre as cinzas do meu crepúsculo.

E olhem só que tipo estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(BRAGA, Rubem. **Ai de ti, Copacabana!** Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960, pp. 179-180)

9. O cronista Rubem Braga, comentando o teor de suas crônicas publicadas no jornal, admite que
- (A) trata melhor dos detalhes próprios da vida urbana do que do bucolismo dos leitores mais conservadores.
 - (B) cuida de jamais aborrecer seu público com algum excesso poético, restringindo-se ao realismo da rotina.
 - (C) se preocupa por vezes excessivamente com os problemas municipais, em vez de se dedicar a temas mais amplos.
 - (D) prefere relevar os aspectos mais positivos da vida emocional, em vez de sublinhar os negativos.
 - (E) cultiva um estilo de linguagem pelo qual o que há de mais prosaico na cidade ganha melhor expressão.
-
10. *Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão.*
No excerto acima, o cronista considera que
- (A) a melancolia de um carinho, mesmo acolhida com ilusório respeito, faz bem ao seu coração.
 - (B) recebe um carinho com doçura e maduro respeito, poupando-se da melancolia que advém das ilusões.
 - (C) sua desilusão, embora funda e grave, mescla-se aos carinhos de sua vida, e acaba por lhe fazer bem.
 - (D) acolhe o carinho que lhe faz bem, embora sem a gravidade de quem permite iludir-se com a melancolia.
 - (E) a frouxa ilusão que tem quanto aos carinhos recebidos faz com que sua melancolia arrefeça aos poucos.



11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *grávido de razões* (3º parágrafo) = assoberbado de queixas
 - (B) *mas em termos* (3º parágrafo) = ainda que sem restrições
 - (C) *deram um show luxuoso* (4º parágrafo) = montaram um espetáculo faustoso
 - (D) *caprichos de certa fase* (4º parágrafo) = descuidos efêmeros
 - (E) *Tome tenência* (5º parágrafo) = Cuide de se relaxar
-
12. Atente para esta passagem em discurso **direto**:
- Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever sem reclamar – disse meu amigo,
- Transpondo a passagem acima para o discurso **indireto**, ela deverá ficar:
- Meu amigo me disse que
- (A) ficaria admirado de mim, morando nesta cidade, conseguindo escrever sem reclamar.
 - (B) me admirava por eu morar nesta cidade escrevendo sem lhe reclamar.
 - (C) admiro muito que você more nesta cidade e consiga escrever sem reclamar.
 - (D) eu era de admirar, uma vez que morando nesta cidade, como é que alguém fica sem reclamar?
 - (E) se admirava pelo modo como eu, morando nesta cidade, conseguia escrever sem reclamar.
-
13. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Entre assuntos triviais e observações poéticas, o cronista, via de regra, não hesita em preferir estas últimas, para não chatear seus leitores.
 - (B) Assuntos corriqueiros, não faltam a um cronista, já os de teor romântico, dependem de sua disposição de espírito.
 - (C) Desde há muito tempo como se sabe, as crônicas frequentam os jornais, como comentários de notícias, ou textos literários.
 - (D) Rubem Braga costuma ser um crítico ácido, de suas próprias crônicas, por vezes admitindo injustamente, que se aventura em retórica de mau gosto.
 - (E) Vivendo embora, nos espaços de grandes cidades, Rubem Braga filho de Cachoeiro do Itapemirim, jamais negligenciou a natureza.
-
14. Há emprego de uma **personificação** na frase:
- (A) *E meu amigo falou de água, telefone, conta de luz.*
 - (B) *Até que tenho reclamado muito isto e aquilo.*
 - (C) *a verdade não está apenas nos buracos da rua.*
 - (D) *as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso.*
 - (E) *Esse carinho me faz bem.*

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, baseie-se no texto abaixo.

Escravo da razão

O grande pensador Montaigne (1533-1592) foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento e razão foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo e a vontade. Seu conservadorismo pode ser visto, sob certos aspectos, como o que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo. Em sua concepção política o indivíduo é deixado livre dentro do quadro das leis e procura tornar tão leve quanto possível a autoridade do Estado.

Para Montaigne, o melhor governo seria o que menos se faz sentir e assegura a ordem pública sem pôr em perigo a vida privada, e sem pretender orientar os espíritos. Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres, obedientes às leis, homens que agem não por temor, mas por vontade própria.

Escravo da razão, Montaigne transmitiu essa servidão à filosofia que lhe sucedeu e marcou uma linha de desenvolvimento do pensamento ocidental. Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem, mas deixou aberta a possibilidade de se concluir que a própria contradição possa encerrar uma verdade.

(Extraído do encarte sem indicação autoral do volume **MONTAIGNE**, da coleção **Os Pensadores**. Porto Alegre: Globo, 1972, p. 223)

15. A afirmação de que o pensador Montaigne *nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático*, ganha sustentação ao se lembrar que ele
- (A) deu vazão a ímpetos de rebelião contra as leis de seu tempo.
 - (B) foi um conservador a quem faltou a energia da ação.
 - (C) antecipou concepções do que viria a ser o liberalismo.
 - (D) defendeu a intervenção do Estado na vida privada.
 - (E) liberou o pensamento ocidental do peso das contradições.



16. No contexto do 3º parágrafo, a expressão *servidão à filosofia*
- (A) faz ver um aspecto muito restritivo do pensamento de Montaigne.
 - (B) mostra que esse grande pensador pagou tributo a certos preconceitos.
 - (C) encarece a importância que dava Montaigne aos ideais mais abstratos.
 - (D) indica a determinação desse pensador no combate aos dogmatismos.
 - (E) sugere a reação de Montaigne às tendências racionalistas da época.
-
17. No contexto do 3º parágrafo, a frase *Com ela, destruiu verdades dogmáticas e mostrou que todas se contradizem*
- (A) aponta para uma contradição própria do pensamento de Montaigne.
 - (B) ressalta o valor que encontrava Montaigne na potência da razão.
 - (C) identifica aspectos de irracionalidade nesse grande pensador.
 - (D) encarece nesse filósofo o papel de detectar e diluir as contradições.
 - (E) denota o combate que Montaigne encetou contra a servidão racionalista.
-
18. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:
- (A) Ao tempo de Montaigne, ninguém poderia supor que ele exerça influência sobre os liberais do século XIX.
 - (B) No caso de que ache vicioso o pensamento de alguém, Montaigne logo identificaria as contradições nele presentes.
 - (C) Um verdadeiro filósofo, se lhe convier servir aos ditames da razão, não terá hesitado em enfrentar contradições do pensamento.
 - (D) As verdades dogmáticas que Montaigne teria a enfrentar certamente provocarão sua reação dialética em face das contradições.
 - (E) Ao filósofo nunca lhe faltará coragem para testar a força da dialética diante das contradições que se ofereçam ao seu pensamento.
-
19. *Um tal tipo de governo é o que convém a homens esclarecidos, conscientes de seus direitos e deveres e obedientes às leis.*
- A frase acima seguirá gramaticalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por
- (A) prevenidos quanto a – acatadores das
 - (B) cômicos à – submissos por
 - (C) inteirados com – intransigentes nas
 - (D) sabedores por – servidores pelas
 - (E) cientes aos – resignados por
-
20. Considere as seguintes afirmações:
- I. Montaigne foi um pensador conservador.
 - II. Seu conservadorismo renunciou o liberalismo.
 - III. No liberalismo deve ser leve a atuação do Estado.
- Essas afirmações integram-se com correção e coerência no seguinte período:
- (A) Apesar de renunciar o liberalismo, como conservador Montaigne subestimava a atuação do Estado.
 - (B) A discreta atuação do Estado caracteriza o liberalismo, do qual o conservador Montaigne foi um precursor.
 - (C) No liberalismo a atuação diminuta do Estado deve ser a prerrogativa de um conservador, tal como foi Montaigne.
 - (D) O conservadorismo de Montaigne confrontou-se com a atuação diminuta do Estado, num regime liberal.
 - (E) Conquanto se antecipasse ao liberalismo, o conservador Montaigne questionava a presença frágil do Estado.



Atenção: Para responder às questões de números 21 a 25, baseie-se no texto abaixo.

Minha terra

*Saí menino de minha terra.
Passei trinta anos longe dela.
De vez em quando me diziam:
Sua terra está completamente mudada,
Tem avenidas, arranha-céus...
É hoje uma bonita cidade!*

Meu coração ficava pequenino.

*Revi afinal o meu Recife.
Está de fato completamente mudado.
Tem avenidas, arranha-céus.
É hoje uma bonita cidade.*

Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!

(BANDEIRA, Manuel. **Poesia completa e prosa.**
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 4. ed., p. 283)

21. Ao falar de sua terra, o Recife, o poeta faz ver que
- (A) a distância resultante do afastamento de sua cidade natal o fez idealizá-la a ponto de transfigurá-la na memória criada.
 - (B) a passagem do tempo, para quem se agarra às suas origens, traz a um reencontro a magia viva do passado.
 - (C) as notícias que lhe vinham chegando criavam em sua imaginação uma cidade ainda mais bela do que aquela em que vivera.
 - (D) as imagens resguardadas de sua infância foram rebatidas pela visão do que efetivamente veio a ser sua cidade.
 - (E) as atrações de um lugar tão querido como perdido atualizam-se de forma mais envolvente à medida que ocorra uma reaproximação.
-
22. Entre os recursos expressivos utilizados pelo poeta, deve-se notar que
- (A) a construção *saí menino* assume o sentido de um advérbio de lugar.
 - (B) a repetição de versos ocorre para reforçar exatamente uma mesma emoção.
 - (C) o último verso revela um impacto subjetivo no interior de uma constatação.
 - (D) o termo *pequenino* refere-se ao antigo estado do coração do menino.
 - (E) as formas pretéritas *diziam* e *ficava* exprimem experiências descontínuas.
-
23. A figura de linguagem atuante no verso “*Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!*” traz ao poema
- (A) um desmedido sentimento de revivescência.
 - (B) a ironia aguda de quem desdenha de suposta vantagem.
 - (C) a maldição que recai sobre quem se agarra ao passado.
 - (D) o impacto risível das revelações mais surpreendentes.
 - (E) a confirmação de uma desconfiança há muito frequentada.
-
24. A forma verbal sublinhada atende às normas de concordância em:
- (A) No nosso passado podem ter havido muitas experiências cuja idealização só acaba por nos afastar delas.
 - (B) As decepções que se colhe no presente podem derivar de exageradas ou mesmo descabidas idealizações do passado.
 - (C) Não cabem às pessoas que cultuam o passado exigir que tudo se preserve para um encantamento no presente.
 - (D) Entre os lances da mais remota memória hão que se identificar os que não poderiam ter resistido à passagem do tempo.
 - (E) Entre os impactos do presente pode situar-se o das frustrações por conta da desfiguração dos antigos lugares.
-
25. Apresenta-se numa redação inteiramente clara e correta a seguinte frase:
- (A) Os aspectos positivos com que enaltecera a cidade que deixou menino não impressionaram o adulto que foi revê-la.
 - (B) O poeta se lamenta que suas imagens infantis não se sucederam à contento quando voltou na sua cidade.
 - (C) Não se conformando na presente visão da cidade, embora bonita, o poeta não se resignou em assim considerá-la.
 - (D) Mais afeito ao seu passado que do seu presente, o poeta decepcionou-se porque não reaveu as antigas imagens.
 - (E) Se alguém se propor a conferir como está sua antiga cidade, é possível que se frustre com o que ver agora.

**Noções de Direito Constitucional**

26. Segundo o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás, compete ao Estado, em comum com a União e os Municípios,
- (A) legislar sobre a instituição de regiões metropolitanas.
 - (B) estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, de forma associativa, objetivando a proteção e preservação do meio ambiente.
 - (C) legislar sobre a exploração dos serviços de gás canalizado, de forma direta ou mediante concessão, nos termos da lei.
 - (D) combater as causas da pobreza e da marginalização, promovendo a integração das camadas sociais desfavorecidas.
 - (E) manter sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais.
-
27. Segundo o que dispõe a Constituição do Estado de Goiás sobre o Poder Legislativo,
- (A) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição estadual rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Deputados.
 - (B) o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa será nomeado pelo Governador do Estado, em comissão, entre os procuradores estáveis integrantes da carreira.
 - (C) os Deputados Estaduais, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, por crime comum, ressalvada a competência das Justiças Eleitoral e Federal.
 - (D) a Constituição estadual poderá ser emendada mediante proposta dos cidadãos, subscrita por, no mínimo, meio por cento do eleitorado do Estado em dez Municípios.
 - (E) a Assembleia Legislativa poderá convocar Secretários de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da Administração indireta para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado.
-
28. Considere as seguintes atribuições, à luz da Constituição do Estado de Goiás:
- I. Acompanhar, por seu representante, a realização dos concursos públicos na Administração direta e nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades instituídas ou mantidas pelo Estado.
 - II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - III. Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas em lei que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
 - IV. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade e sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.
 - V. Fiscalizar as contas de empresas ou consórcios interestaduais, ainda que não haja participação de forma direta ou indireta do Estado no capital social, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.
- Ao Tribunal de Contas do Estado compete APENAS o que se afirma em
- (A) I, III e IV.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) I, II e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I, III e V.
-
29. Segundo o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária,
- (A) o Auditor, quando em substituição a Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, terá as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e vencimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de direito de entrância inicial.
 - (B) os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
 - (C) aos Procuradores do Estado aplicam-se as disposições pertinentes a direito, vedações e forma de investidura dos membros do Ministério Público.
 - (D) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por nove conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
 - (E) o órgão central do sistema permanente de monitoramento e avaliação de políticas públicas estaduais é o Tribunal de Contas do Estado, que contará com o auxílio da Assembleia Legislativa, dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de cada Poder, e outros órgãos que possuam missões similares.
-
30. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Goiás sobre a organização administrativa,
- (A) a administração reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão, observado, em relação aos cargos em comissão, o percentual mínimo de 5%.
 - (B) é garantido aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.
 - (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - (E) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, excetuando-se, contudo, as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.



31. Inconformados com a crescente criminalidade e com a sensação de impunidade manifestada pela sociedade civil, 50 Deputados Federais propuseram, conjuntamente, um projeto de lei visando à aplicação de pena de trabalhos forçados para os condenados por crimes graves, que envolvam violência e grave ameaça. Diante da situação hipotética acima descrita, tal projeto
- (A) é inconstitucional, haja vista que a iniciativa de proposta legislativa dessa natureza exige, no mínimo, um terço dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) é constitucional, pois foi regularmente proposto por parlamentares representantes da vontade popular.
 - (C) deverá, obrigatoriamente, ser convertido em proposta de emenda constitucional, pois necessária a reforma da atual Constituição Federal, antes de sua aprovação.
 - (D) deverá ser submetido a um grande debate, para sua aprovação, envolvendo representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário, por se tratar de matéria penal.
 - (E) é inconstitucional, diante da vedação expressa da Constituição Federal à pena dessa espécie.
-
32. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos direitos sociais,
- (A) é assegurado aos trabalhadores seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, sem excluir a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer exclusivamente em dolo.
 - (B) é direito do trabalhador doméstico, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
 - (C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses exclusivamente coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - (D) é assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e aos trabalhadores sobre os interesses que devam por meio dele defender.
 - (E) é direito do trabalhador rural a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
-
33. Marlene, 28 anos de idade, brasileira naturalizada, cogitou candidatar-se para o cargo de Deputado Federal, nas eleições gerais do ano em curso. Diante da situação hipotética acima mencionada, Marlene
- (A) poderia candidatar-se ao cargo de Deputado Federal, bem como ser eleita; contudo, não poderia ser escolhida Presidente da Câmara dos Deputados, pois esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (B) não poderia ser candidata ao cargo de Deputado Federal, pois, embora tenha a idade mínima para tanto, esse cargo é privativo de brasileiro nato.
 - (C) não poderia ser candidata ao cargo de Deputado Federal, pois a idade mínima para tanto é de 30 anos; mas poderia ser candidata ao cargo de Deputado Estadual, para o qual se exige idade mínima de 21 anos.
 - (D) poderia se candidatar aos cargos de Deputado Federal e Estadual, mas não aos cargos de Senador, Governador e Presidente da República, pois, além de não ter a idade mínima para ocupar tais cargos, são eles privativos de brasileiros natos.
 - (E) somente poderia se candidatar, independentemente da idade, aos cargos do Poder Legislativo, mas não aos do Poder Executivo, pois são eles privativos de brasileiros natos.
-
34. À luz do que dispõe a Constituição Federal, bem como do entendimento do Supremo Tribunal Federal, acerca da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) lei estadual que disponha sobre bloqueadores de sinal de celular em presídio invade a competência da União para legislar sobre telecomunicações.
 - (B) afronta competência legislativa privativa da União o dispositivo de constituição estadual que proíbe a caça no território do Estado respectivo.
 - (C) é constitucional lei estadual que preveja punições a empresas privadas e a agentes públicos que exijam a realização de teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura para admissão de mulheres ao trabalho.
 - (D) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre seguridade social.
 - (E) lei ordinária poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
-
35. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal e, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca dos princípios gerais da atividade econômica,
- (A) ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (B) é admissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
 - (C) a lei não poderá restringir os investimentos de capital estrangeiro e, ainda, regular a remessa de lucros ao exterior.
 - (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependendo, em todos os casos, de autorização de órgãos públicos, tendo em vista os imperativos da segurança nacional.
 - (E) a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, cabendo ao Estado exercer, para tanto, as funções de fiscalização e planejamento da atividade econômica, determinantes para os setores público e privado.

**Noções de Direito Administrativo**

36. A servidão administrativa difere das demais modalidades de intervenção na propriedade nos seguintes termos:
- (A) da desapropriação, porque impõe sacrifício inerente à condição de administrado, não autorizando, portanto, indenização ao titular da propriedade que a suportar.
 - (B) do tombamento, porque a servidão sempre obriga o ente público que a impõe o dever de indenizar o titular da propriedade que a suporta.
 - (C) da limitação administrativa, que impõe sacrifício ordinário ao proprietário, enquanto a servidão administrativa pode acarretar restrição à exploração econômica da propriedade, ensejando direito à indenização.
 - (D) da desapropriação, porque depende de anuência do proprietário do imóvel para sua imposição, não admitindo imposição mediante poder de império.
 - (E) da requisição administrativa, porque esta se impõe apenas sobre parte do imóvel e a servidão acarreta restrição permanente na totalidade do imóvel onde for imposta.
-
37. A contratação de uma concessão de serviços públicos deve ser precedida de procedimento de licitação,
- (A) do qual não podem participar pessoas jurídicas de direito privado que já sejam prestadoras de serviços públicos de mesma natureza em razão de outros contratos em execução.
 - (B) no qual o critério de julgamento deve, obrigatoriamente, ser o de menor tarifa.
 - (C) no qual não se admite estabelecimento de critério de julgamento fundado em melhor proposta técnica e maior outorga, porque incompatíveis entre si.
 - (D) sendo permitido estabelecer, como critério de julgamento, um dentre os possíveis para tanto, a exemplo da maior outorga a ser paga ao poder público ou da menor tarifa a ser paga pelo usuário.
 - (E) que não poderá ser publicado no ano em que se realizar eleição, por força de norma expressa da lei de licitações.
-
38. Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da
- (A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
 - (B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
 - (C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
 - (D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
 - (E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.
-
39. De acordo com o que dispõe a Lei nº 9.784/1999, o servidor público ordinariamente competente para atuar em processo administrativo, mas que incorra em impedimento por alguma das hipóteses previstas naquele diploma normativo, tem
- (A) o dever de comunicar o fato ou relação jurídica que configura o impedimento, abstendo-se de atuar no processo.
 - (B) o dever de revelar a situação fática que caracteriza o impedimento, facultando às partes envolvidas mantê-lo participando da condução do feito.
 - (C) a faculdade de assim se declarar, sob pena de, não o fazendo, incorrer, ele próprio, em infração disciplinar.
 - (D) o dever de abster-se do processo, desde que de natureza disciplinar e que a causa do impedimento seja a pendência de processo judicial.
 - (E) a faculdade de se abster de participar do processo administrativo, independentemente de sua natureza, quando se tratar de conflito de interesses potencial ou concreto.
-
40. O controle dos atos da administração observa algumas características inerentes à organização administrativa, a exemplo
- (A) do poder de revisão dos próprios atos, sendo facultado ao superior hierárquico, a qualquer tempo, rever todos os atos de seus subordinados.
 - (B) da fiscalização exercida pelos órgãos superiores em relação aos inferiores, como expressão do controle hierárquico.
 - (C) do poder de polícia, inerente aos órgãos de controle da Administração pública no desempenho de suas funções executivas internas e externas.
 - (D) da legalidade, não sendo autorizada à Administração a edição de atos que não tenham forma e conteúdo expressamente previstos em lei.
 - (E) do controle de mérito, vedado ao judiciário e às cortes de contas.



41. De acordo com o que dispõe a Constituição da República, aos servidores ocupantes de cargo público aplicam-se os seguintes direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais:
- (A) décimo terceiro salário, calculado com base nos vencimentos, excluídas vantagens pessoais e gratificações.
 - (B) adicional noturno fixado no dobro do valor da hora de remuneração do trabalho diurno.
 - (C) salário-família em valor equivalente ao valor dos vencimentos, excluídas vantagens pessoais e gratificações.
 - (D) repouso semanal remunerado aos domingos e em um dia útil, de livre escolha do empregador.
 - (E) remuneração acrescida de pelo menos 1/3 por ocasião de gozo de férias.
-
42. Os contratos de gestão celebrados com organizações sociais
- (A) têm natureza de parcerias denominadas termos de fomento, pois se prestam à consecução de atividades de interesse público solicitadas pela Administração pública, mediante repasse de recursos públicos à entidade.
 - (B) dependem de aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, órgão que, após a celebração, fica exclusivamente responsável pela fiscalização da execução do ajuste.
 - (C) poderão prever a destinação de bens públicos necessários à execução dos serviços e utilidades públicas autorizados na legislação que disciplina essas parcerias.
 - (D) dependem de realização de licitação formal, para seleção da entidade pelo critério do menor preço.
 - (E) devem estabelecer criterioso detalhamento de valores de serviços e produtos, para viabilizar o controle orçamentário-financeiro a ser feito pelos órgãos de controle, de forma a revalidar, periodicamente, a adjudicação da entidade pelo critério do menor preço.
-
43. Considere que uma empresa estatal tornou-se proprietária de inúmeros imóveis em função de adjudicações levadas a efeito em sede de execuções movidas em face de devedora contumaz. Precisa, atualmente, decidir o destino dos referidos bens, dentre os quais há imóveis valiosos e de grande liquidez, mas também se encontram outros, de menor atratividade, com vocação para habitação de baixa renda e até mesmo alguns parcialmente invadidos. De acordo com o que dispõe a Lei federal nº 13.303/2016,
- (A) os imóveis de baixa liquidez e pouca atratividade prescindem de avaliação, podendo ser doados a entes públicos que pretendam lhes dar destinação social.
 - (B) a alienação de bens imóveis deve seguir o procedimento de licitação previsto na Lei federal nº 8.666/1993, inclusive no que se refere às hipóteses de dispensa e inexigibilidade.
 - (C) há disciplina própria para licitação, aplicável à alienação onerosa e gratuita dos imóveis, mediante justificativa e prévia avaliação dos bens, nas hipóteses onerosas.
 - (D) a alienação dos bens deverá observar o procedimento de licitação próprio, o que não afasta a possibilidade de destinação à finalidade de interesse coletivo que justificou a criação da empresa estatal.
 - (E) é faculdade da empresa estatal destinar os bens à finalidade de interesse público ou à finalidade econômica, considerando que àquela pessoa jurídica aplica-se o regime jurídico de direito privado, afastando a imposição de motivação.
-
44. Determinado município foi escolhido para sediar um grande prêmio de automobilismo, estando, portanto, em curso, os preparativos para o evento. Dentre as diversas providências necessárias está a realização de obras de reforma da pista do circuito, a fim de atender as exigências do regulamento da competição. A contratação das referidas obras, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993, depende
- (A) da prévia elaboração de projeto básico e de projeto executivo pelo município, peças imprescindíveis à instrução do edital de licitação.
 - (B) da demonstração de subsunção à hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação, considerando a natureza dos serviços.
 - (C) de licitação, da qual devem constar como anexos o projeto básico e a minuta de contrato a ser firmado, dentre outros.
 - (D) da instrução do edital com anexos técnicos, a exemplo do projeto executivo, imprescindível para a correta precificação dos serviços.
 - (E) de orçamento individual e especificado da obra, acompanhado de cronograma de execução, que determinará a modalidade de licitação cabível.
-
45. A gestão das autarquias, como entes integrantes da Administração pública indireta, pressupõe
- (A) que a lei instituidora da pessoa jurídica defina o regime jurídico ao qual está submetida.
 - (B) capacidade de autoadministração de suas funções e de seu patrimônio, estando defesa de submissão à hierarquia e ao controle tiralístico da Administração central.
 - (C) submissão ao controle disciplinar da Administração central, que exerce poder de fiscalização e de revisão dos atos da pessoa jurídica, inclusive para fins de alteração ou revogação de atos.
 - (D) instituição do ente com base nas diretrizes e condições postas na lei autorizadora, da qual deverá constar, ainda, o rol de serviços passíveis de serem desempenhados.
 - (E) patrimônio próprio, submetido a regime jurídico de direito público, o que não afasta a possibilidade de disposição de seus bens, desde que mediante demonstração de interesse público, autorização legislativa e avaliação.

**Noções de Direito Financeiro**

46. Suponha que determinado município tenha realizado operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) e utilizado os recursos correspondentes para fazer frente à insuficiência de caixa verificada no exercício financeiro em curso, destinando o numerário obtido ao pagamento de folha de pessoal e outras despesas de custeio. No exercício seguinte, permanecendo as dificuldades de caixa, o município realizou outra operação de crédito na forma de ARO. Ao avaliar a legalidade das referidas operações, caberá ao Tribunal considerar
- (A) a ilegalidade da primeira operação, eis que os recursos captados somente poderiam ser destinados a despesas de capital, sob pena de violação à denominada “regra de ouro”.
 - (B) a regularidade de ambas as operações, desde que observado o limite de endividamento do ente, fixado em resolução do Senado Federal, e desde que o montante captado seja incorporado ao saldo da dívida consolidada.
 - (C) que a primeira operação deve ser liquidada até 10 de dezembro do exercício em que foi realizada e a segunda ARO estará vedada caso efetuada sem que a primeira tenha sido integralmente resgatada.
 - (D) que ambas as operações serão ilegais caso realizadas no último quadrimestre do mandato do Chefe do Executivo, exceto se os recursos forem destinados para cobertura do déficit do regime de previdência dos servidores municipais.
 - (E) que apenas a primeira ARO poderá ser considerada legal, desde que autorizada por lei, sendo vedada a repetição de operação da mesma natureza em exercício subsequente ou no mesmo mandato do Chefe do Executivo.
-
47. Considere que, ao final do exercício orçamentário-financeiro, tenha sido verificado superávit apurado em balanço de fundo de despesa do Poder Executivo instituído para apoio a ações de fiscalização de atividade agropecuária, proveniente de receitas legalmente vinculadas a tal fundo. De acordo com a atual disciplina constitucional e legal, tais recursos
- (A) permanecerão à disposição do fundo no exercício subsequente, salvo previsão em sentido contrário em sua lei instituidora, podendo, contudo, ser alcançados pela desvinculação de receitas estabelecida pela Constituição Federal, observado o limite de 30%.
 - (B) deverão retornar à livre disposição do Poder Executivo, vedada a retenção de tais receitas para utilização pelo fundo no exercício subsequente, considerando o princípio da unidade de tesouraria que rege o Orçamento Público.
 - (C) somente poderão permanecer a crédito do fundo se destinados à cobertura de restos a pagar gerados no exercício findo, devidamente processados e não liquidados.
 - (D) permanecem como receita do fundo em razão da destinação legal, constituindo receita não passível de desvinculação para aplicação em finalidade diversa, salvo em situação de calamidade pública.
 - (E) somente poderão permanecer à disposição do fundo no exercício subsequente se oriundos de cobrança de taxas, não sendo alcançados, neste caso, pelo mecanismo de desvinculação de receitas estabelecido pela Constituição Federal.
-
48. Suponha que o Estado tenha se defrontado com a materialização de circunstância indicada no Anexo de Riscos Fiscais que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), gerando a necessidade de fazer frente a despesa de grande monta e que não contou com dotação específica consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA). Diante de tal cenário, afigura-se juridicamente viável
- (A) o cancelamento de empenhos em montante suficiente para remanejamento e abertura de crédito especial, observados os limites fixados no Anexo de Metas Fiscais que acompanha a LDO.
 - (B) a abertura de crédito extraordinário, com a necessária autorização legislativa, caracterizando-se a materialização do risco fiscal como situação de emergência que justifica o manejo de tal medida.
 - (C) a abertura de crédito adicional, por decreto, afastando-se a necessidade de lei autorizativa caso seja assegurada fonte de receita decorrente de superávit financeiro.
 - (D) a utilização dos recursos provenientes da reserva de contingência, que correspondem a um percentual da receita corrente líquida, na forma fixada na LDO.
 - (E) a utilização de receitas extraorçamentárias eventualmente disponíveis para cobertura da despesa não prevista na LOA, dispensando-se a abertura de dotação específica.
-
49. Uma dotação que tenha sido incluída na Lei Orçamentária Anual por emenda parlamentar individual impositiva
- (A) não pode ser alcançada por limitação geral de empenho (contingenciamento), somente podendo ser cancelada por decreto do Chefe do Executivo.
 - (B) poderá ensejar repasses diretamente a município para aplicação em programação finalística de sua competência, independentemente da celebração de convênio, mediante transferência especial.
 - (C) integra o cômputo da despesa corrente líquida para todos os efeitos legais, exceto para a verificação do limite de gastos com pessoal do ente, eis que vedada aplicação em despesas de custeio em geral.
 - (D) não poderá gerar restos a pagar, devendo a despesa ser integralmente executada e paga no exercício correspondente.
 - (E) não será considerada para verificação do cumprimento do limite mínimo de despesas com saúde e educação ainda que os recursos correspondentes sejam aplicados em programação finalística nas referidas áreas.



50. Considere que o Estado tenha criado um programa de apoio a pequenos empreendedores, prevendo linhas de crédito para capital de giro oferecidas por instituições financeiras com juros abaixo daqueles ordinariamente praticados, subvencionados com recursos provenientes do orçamento estadual e repassados mediante convênio. A área de fiscalização do Tribunal apontou potencial ilegalidade no programa e nos convênios em face da não comprovação de medida compensatória de renúncia fiscal na forma requerida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Referido apontamento
- (A) procede, cabendo ao Estado comprovar a adoção de medidas de compensação do impacto do subsídio financeiro concedido, salvo se previsto em lei específica e atrelado a ação incluída no Plano Plurianual.
 - (B) será procedente caso o impacto dos repasses orçamentários decorrentes do programa ultrapasse a margem de renúncia estabelecida no anexo correspondente que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) procede, desde que o programa vigore por mais de dois exercícios, configurando despesa de caráter continuado, a qual somente pode ser compensada por medidas de aumento de arrecadação.
 - (D) não procede, cabendo, contudo, verificar a observância dos limites de endividamento do Estado, eis que a equalização de juros equipara-se a operação de crédito contratada pelo ente.
 - (E) não procede, pois se trata de subvenção econômica, que exige lei autorizativa específica e deve observar as regras próprias de geração de despesa pública, porém não caracteriza renúncia de receita fiscal.
-
51. No que concerne ao regramento de execução orçamentária, constitui exceção à regra geral que predica que os créditos vinculam-se ao exercício orçamentário em que foram autorizados:
- (A) os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício, reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao exercício subsequente.
 - (B) as despesas de caráter continuado, que podem ser cobertas com créditos autorizados no exercício findo, independentemente da inscrição em restos a pagar.
 - (C) aqueles gerados por operações de crédito, que subsistem até a liquidação integral do serviço da dívida.
 - (D) os provenientes de alienação de ativos, cuja fonte corresponde a receita de capital que tem como contrapartida uma baixa patrimonial.
 - (E) aqueles destinados a despesas decorrentes de ações e metas que integram o Plano Plurianual.
-
52. O Regime de Recuperação Fiscal instituído pela Lei complementar nº 159/2017 impõe algumas vedações ao Estado que pretenda a adesão para obter os benefícios correspondentes, entre as quais a proibição de aumento de despesa obrigatória primária de caráter continuado,
- (A) salvo as decorrentes de concessão de reajuste anual aos servidores para recomposição de perda inflacionária, e de criação e provimento de cargos nas áreas de saúde, segurança e educação.
 - (B) vedação essa que pode ser afastada pelo Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal mediante compensação do impacto correspondente, não podendo ser consideradas para compensação receitas não recorrentes ou extraordinárias.
 - (C) incluindo as decorrentes da instituição de regime de previdência complementar para servidores e excluídas as derivadas de reajuste ou majoração de proventos de inativos e pensionistas.
 - (D) exceto se suportadas com a contratação de novas operações de crédito dentro da margem de ampliação do limite de endividamento estabelecida no Plano de Recuperação Fiscal aprovado pelo Ministério da Economia.
 - (E) incidente sobre todos os poderes e também em face do Tribunal de Contas, não sendo admitida qualquer forma de compensação do impacto correspondente, admitindo-se, contudo, o cômputo não individualizado por poder.
-
53. Considere que o Estado de Goiás pretenda alterar a regra vigente para repartição, entre os municípios, do produto da participação municipal nas receitas provenientes da arrecadação de ICMS. À luz das disposições constitucionais aplicáveis à matéria, tal desiderato
- (A) depende de aprovação de emenda à Constituição, descabendo dispor, por norma infraconstitucional, acerca de rateio do produto destinado aos municípios, que deve observar a regra de proporcionalidade em relação ao quociente populacional.
 - (B) pode ser alcançado com a edição de lei complementar estadual, que deve, contudo, destinar 25% do produto da arrecadação à equalização de desigualdades regionais, privilegiando municípios com menores índices de desenvolvimento socioeconômico.
 - (C) afigura-se inviável até 2028, que é o ano previsto pela Constituição Federal para revisão dos percentuais estabelecidos, a partir da nova verificação de indicadores populacionais e socioeconômicos.
 - (D) pode ser alcançado com a reclassificação, por ato do Chefe do Executivo, dos municípios de acordo com a ponderação de valor adicionado nas operações e os demais critérios demográficos e econômicos previstos na Constituição.
 - (E) afigura-se possível em relação a 35% do referido produto, mediante lei estadual, observada a distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

**Noções de Legislação Específica do Estado de Goiás**

54. Há nos processos administrativos regidos pela Lei Estadual nº 13.800/2001 previsão legal para
- (A) hipótese de sigilo dos atos administrativos, cobrança de despesas processuais e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
 - (B) hipótese de sigilo dos atos administrativos, cobrança de despesas processuais e seguimento de ofício do processo administrativo.
 - (C) divulgação oficial de todos os atos administrativos de forma absoluta, cobrança de despesas processuais e seguimento de ofício do processo administrativo.
 - (D) divulgação oficial de todos os atos administrativos de forma absoluta, seguimento de ofício do processo administrativo e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
 - (E) hipótese de sigilo dos atos administrativos, seguimento de ofício do processo administrativo e aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa.
-
55. No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei Estadual nº 13.800/2001,
- (A) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo apenas os casos de delegação legalmente admitidos.
 - (B) as decisões adotadas por delegação deverão mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
 - (C) não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
 - (D) é vedada a avocação temporária de competência atribuída.
 - (E) o ato de delegação é irrevogável.
-
56. De acordo com o que dispõe a Lei Estadual nº 20.756/2020, considera-se como de efetivo exercício:
- (A) convocação para o serviço militar.
 - (B) licença por motivo de doença em pessoa da família, remunerada ou não remunerada.
 - (C) doenças de notificação compulsória e não compulsória.
 - (D) participação em competição esportiva, por até noventa dias.
 - (E) exercício de cargo de provimento em comissão em qualquer parte do território nacional.
-
57. Acerca do estágio probatório, a Lei Estadual nº 20.756/2020 dispõe que
- (A) a originalidade é requisito básico a ser apurado.
 - (B) a verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada por comissão designada especificamente para o servidor em exame.
 - (C) a verificação dos requisitos do estágio probatório será efetuada anualmente.
 - (D) há previsão legal para a desistência do estágio probatório, ainda que o servidor responda a processo administrativo disciplinar.
 - (E) é vedado à Administração pública conceder licença não remunerada ou autorizar afastamento sem remuneração ao servidor em estágio probatório, salvo o afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.
-
58. No que diz respeito ao sistema de teletrabalho, a Lei Estadual nº 20.756/2020 estabelece que
- (A) é aplicável à atividade que, por sua natureza, constitui trabalho interno ou externo.
 - (B) independe de ter os resultados da atividade de teletrabalho efetivamente mensuráveis.
 - (C) seus efeitos jurídicos não se equiparam àqueles decorrentes da atuação presencial.
 - (D) não se aplica aos ocupantes dos cargos de provimento em comissão de chefia e direção.
 - (E) sua implantação no âmbito da Administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás depende da iniciativa de cada chefia imediata.
-
59. Nos termos dispostos na Lei Estadual nº 20.756/2020, são classificados como indenizações
- (A) diárias, transporte e assistência pré-escolar.
 - (B) diárias, transporte e adicional por serviço extraordinário.
 - (C) assistência pré-escolar, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional por serviço extraordinário.
 - (D) transporte, assistência pré-escolar e adicional de insalubridade e periculosidade.
 - (E) diárias, adicional de insalubridade e periculosidade e adicional por serviço extraordinário.
-
60. O Regimento Interno do Tribunal de Contas de Goiás dispõe, acerca da eleição para seu Presidente, que
- (A) será permitida uma reeleição, por igual período.
 - (B) será eleito para mandato de um ano.
 - (C) os Conselheiros, ainda que licenciados ou em gozo de férias, poderão tomar parte na eleição.
 - (D) se considerará eleito, em primeiro escrutínio, quem obtiver maioria simples dos votos dos presentes.
 - (E) se exigirá a presença da maioria absoluta dos seus membros titulares, permitida a convocação de Auditor para efeito de quórum.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Orçamento Público**

61. O quadro a seguir apresenta informações sobre a execução orçamentária da despesa, referente ao exercício financeiro de 2021, de um Tribunal de Contas. Os valores estão expressos em reais.

Despesa	Empenhada	Liquidada	Paga
Auxílio-alimentação destinado aos servidores	430.500,00	420.500,00	400.500,00
Aquisição de um <i>software</i> para utilização pelo Tribunal	185.000,00	150.000,00	50.500,00
Compra de um veículo novo para utilização pelo Tribunal	106.900,00	106.900,00	35.000,00
Prestação de serviços referente à poda de árvores localizadas na sede do Tribunal	3.100,00	1.600,00	1.000,00

Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o valor inscrito em restos a pagar não processados em 31/12/2021 em decorrência da execução orçamentária das Despesas de Capital foi, em reais,

- (A) 171.400,00
(B) 192.000,00
(C) 46.500,00
(D) 35.000,00
(E) 36.500,00
-
62. As informações a seguir sobre as receitas de um ente público municipal, referentes ao exercício financeiro de 2021, foram extraídas do seu sistema de contabilidade:

Receita Orçamentária Atualizada	R\$ 97.520.000,00
Receita Orçamentária Realizada	R\$ 101.890.000,00
Receita Corrente Líquida	R\$ 55.200.000,00

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo do referido ente recebeu o alerta do Tribunal de Contas quando a Despesa Total com Pessoal desse poder, no exercício financeiro de 2021, ultrapassou o limite de, em reais,

- (A) 52.660.800,00
(B) 28.317.600,00
(C) 29.808.000,00
(D) 49.518.540,00
(E) 26.827.200,00
-
63. Foi constatado, em 01/08/2022, que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de um ente público não fixava dotação orçamentária destinada para a contratação de despesa corrente com Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica. O gestor responsável constatou que, até essa data, a referida LOA não tinha sido alterada em decorrência de abertura de créditos adicionais. Sendo assim, ele decidiu abrir crédito especial e, para isso, uma das possíveis fontes de recursos, desde que não comprometidos e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, foi
- (A) a receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis, bem como aqueles provenientes de operações de crédito contratadas, já previstas na LOA.
(B) o saldo positivo do excesso de arrecadação, de julho de 2022, decorrente de caução e Outras Receitas Correntes.
(C) a diferença positiva entre os ingressos e os dispêndios evidenciados no Balanço Financeiro referente ao ano de 2021.
(D) a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado em Balanço Patrimonial de 31/12/2021.
(E) a diferença positiva entre o ativo permanente e o passivo permanente apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes de 31/07/2022.



64. Considere as afirmativas que versam sobre as despesas públicas de um ente público.

- I. Em janeiro de 2022, um servidor percebeu que não recebeu o auxílio-alimentação a que tinha direito referente ao período de agosto de 2021 a dezembro de 2021 e requereu ao ente público o pagamento retroativo do referido auxílio. Em março de 2022, o ente público efetuou, pela primeira vez, a execução orçamentária dessa despesa e pagou o valor total devido ao servidor.
- II. Em 08/12/2021, um ordenador de despesas do referido ente empenhou despesa no valor de R\$ 2.560,00 para a aquisição de material de consumo. Em 19/01/2022, a despesa foi liquidada e paga em conformidade com o empenho emitido em 08/12/2021.
- III. Em 17/11/2021, um ordenador de despesas do referido ente empenhou despesa no valor de R\$ 87.500,00 para a aquisição de um veículo novo. Em 29/12/2021, o veículo foi entregue pelo fornecedor, porém, a despesa foi liquidada somente em 07/01/2022 com base no empenho emitido em 17/11/2021. A despesa foi paga em 19/05/2022, pelo valor total do empenho.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o referido ente utilizou, no exercício financeiro de 2022, o elemento de despesa "92 – Despesas de Exercícios Anteriores" para a despesa descrita em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

65. As informações a seguir se referem a um adiantamento de valor concedido a um servidor de uma entidade pública.

21/12/2021: empenho da despesa no valor de R\$ 200,00.

22/12/2021: liquidação da despesa pelo valor total do empenho e reconhecimento do adiantamento concedido no ativo circulante da entidade.

23/12/2021: pagamento da despesa pelo valor total do empenho.

11/01/2022: devolução do valor total recebido pelo servidor, em decorrência da não utilização do adiantamento recebido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a referida entidade efetuou o registro contábil de

- (A) uma variação patrimonial diminutiva em 22/12/2021.
- (B) uma variação patrimonial diminutiva em 23/12/2021.
- (C) uma receita orçamentária em 11/01/2022.
- (D) uma receita extraorçamentária em 11/01/2022.
- (E) um crédito orçamentário adicional em 11/01/2022.

66. A obtenção de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Lei nº 4.320/1964, dá origem a

- (A) um ativo permanente.
- (B) um passivo financeiro.
- (C) uma receita orçamentária efetiva.
- (D) uma Receita de Capital classificada na origem Operações de Crédito.
- (E) uma Receita Corrente classificada na origem Transferências Correntes.



67. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de um ente público, de acordo com a Constituição Federal de 1988,
- (A) será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - (B) estabelecerá as diretrizes de política fiscal, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (C) estimará os riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais contra a Administração direta do referido ente e informará sobre as opções estrategicamente escolhidas para enfrentar tais riscos, caso estes se concretizem.
 - (D) identificará os tributos pelos quais está prevista renúncia de receita para o ano de referência da Lei Orçamentária Anual e para os dois exercícios seguintes e detalhará os beneficiários e as medidas de compensação parcial da perda prevista de receita.
 - (E) estabelecerá normas de gestão financeira da Administração direta e indireta do referido ente, bem como normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.

68. Considere as afirmativas que versam sobre o demonstrativo denominado Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos de um ente público estadual.
- I. O demonstrativo deve conter informações sobre os recursos orçamentários arrecadados classificados na origem Receita Patrimonial, como aqueles decorrentes de participações societárias e da exploração de bens mobiliários, imobiliários e intangíveis.
 - II. As despesas executadas apresentadas no demonstrativo são discriminadas em Despesas de Capital e Despesas Correntes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.
 - III. O quadro das despesas executadas apresentado no demonstrativo identifica os valores das despesas pagas, custeadas com recursos orçamentários arrecadados classificados na origem Receita Patrimonial.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
69. Para a apuração da Receita Corrente Líquida, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, um ente público estadual deve considerar no cômputo as receitas decorrentes de
- (A) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, Cessão de Direitos e Caução.
 - (B) Serviços e Atividades Referentes à Saúde, Contribuição de Melhoria e Caução.
 - (C) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, Cessão de Direitos e Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado.
 - (D) Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado, Valores Mobiliários e Alienação de Bens Imóveis.
 - (E) Serviços e Atividades Financeiras, Operação de Crédito – Mercado Interno e Valores Mobiliários.

70. Na execução da despesa orçamentária, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público,
- (A) a fase “em liquidação” possibilita a separação entre despesas empenhadas não liquidadas que possuem fato gerador da obrigação patrimonial daquelas que não o possuem.
 - (B) o empenho objetiva apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, bem como a importância exata a pagar.
 - (C) o empenho utiliza como base o contrato assinado entre as partes, bem como os comprovantes da prestação do serviço ou da entrega dos bens.
 - (D) a fase “a liquidar” indica a ocorrência do despacho efetuado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 - (E) a fase “em liquidação” busca a identificação das despesas referentes a itens não entregues ou serviços não prestados pelo fornecedor, mas cuja ordem de pagamento já foi emitida.

**Controle Externo**

71. A Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de sustação de contratos, que é ato que deve ser adotado diretamente pelo
- (A) Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (B) Poder Executivo, que solicitará, de imediato, ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.
 - (C) Tribunal de Contas da União, que solicitará, de imediato, ao Congresso Nacional as medidas cabíveis.
 - (D) Tribunal de Contas da União, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (E) Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Tribunal de Contas da União as medidas cabíveis.
-
72. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. Por definição expressa na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, essa jurisdição é
- (A) finalística e operacional.
 - (B) organizacional e complementar.
 - (C) técnica e administrativa.
 - (D) constitucional e suplementar.
 - (E) própria e privativa.
-
73. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, se verificada divergência na manifestação de Julgadores singulares, desde que haja iniciativa nos termos da lei, deve-se manifestar sobre a interpretação de norma jurídica ou procedimento
- (A) o Presidente.
 - (B) as Câmaras.
 - (C) o Plenário.
 - (D) o Conselheiro mais antigo.
 - (E) o Conselheiro de maior idade.
-
74. A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás estabelece que a Ouvidoria e a Escola Superior de Controle Externo serão, cada uma delas, dirigidas por um
- (A) Servidor, designado pelo Plenário do Tribunal de Contas, para mandato de dois anos, coincidente com o período de administração da Presidência, permitida a recondução.
 - (B) Conselheiro, designado pelo Presidente do Tribunal de Contas, para mandato de dois anos, coincidente com o período de administração da Presidência, permitida a recondução.
 - (C) Servidor, designado pelo Presidente do Tribunal de Contas, para mandato de dois anos, coincidente com o período de administração da Presidência, vedada a recondução.
 - (D) Conselheiro, designado pelo Plenário do Tribunal de Contas, para mandato de dois anos, coincidente com o período de administração da Presidência, permitida a recondução.
 - (E) Conselheiro, designado pelo Presidente do Tribunal de Contas, para mandato de dois anos, coincidente com o período de administração da Presidência, vedada a recondução.
-
75. Considere os seguintes itens:
- I. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
 - II. Exercer cargo técnico ou de direção de associação de classe sem remuneração.
 - III. Exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta, ou em concessionárias de serviço público.
 - IV. Dedicar-se à atividade político-partidária.
- Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é vedado ao Conselheiro o constante em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) III e IV, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
76. As decisões do Tribunal de Contas do Estado de Goiás podem resultar imputação de débito. Neste caso, a Constituição do Estado de Goiás dita expressamente que essas decisões terão eficácia
- (A) de ato normativo.
 - (B) judicial.
 - (C) de parecer prévio.
 - (D) de título executivo.
 - (E) administrativa.



77. Consoante dispõe a Lei nº 9.504/1997, a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, podendo, para esse fim, requisitar técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás,
- (A) limitado a 30 dias, improrrogáveis.
 - (B) limitado a 30 dias úteis, prorrogáveis por igual período.
 - (C) limitado a 60 dias úteis, improrrogáveis.
 - (D) limitado a 60 dias, prorrogáveis por igual período.
 - (E) pelo tempo que for necessário.
-
78. Uma pessoa física representou ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás contra irregularidades na aplicação da Lei nº 8.666/1993. Nos termos dessa norma,
- (A) a representação deveria ter sido direcionada única e exclusivamente aos órgãos integrantes do sistema de controle interno da Administração.
 - (B) a representação não pode ser recebida, uma vez que intentada por pessoa física.
 - (C) a competência do Tribunal de Contas para o recebimento dessa representação alcança editais de licitação publicados e não publicados.
 - (D) o Tribunal de Contas poderá solicitar o edital de licitação para exame até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas.
 - (E) o Tribunal de Contas poderá solicitar o edital de licitação, seja qual for a modalidade adotada, apenas se a representação narrar fato de responsabilidade de uma das empresas habilitadas.
-
79. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem competência legal para auxiliar a fiscalização e o cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000. Nesse caso, o Tribunal de Contas auxilia o
- (A) Poder Executivo.
 - (B) Poder Legislativo.
 - (C) Poder Judiciário.
 - (D) sistema de controle interno de cada poder.
 - (E) sistema de controle externo de cada poder.

Técnicas de Auditoria

80. A Constituição Federal de 1988 estabelece que deverá ser mantido sistema de controle interno pelos Poderes
- (A) Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma independente.
 - (B) Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma integrada.
 - (C) Legislativo e Executivo, além do Tribunal de Contas da União, de forma independente.
 - (D) Legislativo e Executivo, além do Tribunal de Contas da União, de forma integrada.
 - (E) Legislativo, Executivo e Judiciário, além do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, de forma integrada.
-
81. A NBC TA 200 prevê que o auditor pode se abster de emitir sua opinião nos casos em que
- (A) não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis.
 - (B) não for possível a coleta de informações no tempo previsto para a auditoria.
 - (C) a supervisão da auditoria entender que os trabalhos foram atrapalhados intencionalmente pela entidade auditada.
 - (D) a amostragem selecionada para a auditoria se mostrar inadequada ou insuficiente.
 - (E) os responsáveis pela entidade auditada não aceitarem as conclusões do auditor e oferecerem representação.
-
82. A NBC TA 200 estabelece que o auditor deve exprimir opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. Consoante essa norma, capacita o auditor a formar essa opinião a
- (A) supervisão geral dos trabalhos de auditoria.
 - (B) segurança indiscutível de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
 - (C) auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes.
 - (D) certeza de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, desde que não causadas por fraude ou erro.
 - (E) obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a zero o risco de auditoria.



83. Consoante dispõe a NBC TA 200, o auditor
- (A) deve considerar todas as exigências relevantes em uma NBC TA.
 - (B) não pode emitir relatório com modificação de opinião.
 - (C) não pode renunciar ao trabalho de auditoria.
 - (D) pode utilizar a ausência de informação como evidência de auditoria.
 - (E) não deve executar procedimentos de auditoria alternativos para cumprir seus objetivos.
-
84. Sobre os riscos de auditoria, a NBC TA 200 estabelece que:
- (A) o auditor não é obrigado e não pode reduzir o risco de auditoria a zero, e, portanto, não pode obter segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido a fraude ou erro.
 - (B) quanto maiores são os riscos de distorção relevante que o auditor acredita existir, maior é o risco de detecção que pode ser aceito e, portanto, mais persuasivas são as evidências de auditoria exigidas.
 - (C) a avaliação dos riscos de distorção relevante pode ser expressa em termos não quantitativos, mas não em termos quantitativos, como porcentagens.
 - (D) afirmações e classes relacionadas de transações, saldos contábeis e divulgações possuem o mesmo risco inerente.
 - (E) o risco inerente e o risco de controle são riscos do auditor e eles existem independentemente da auditoria das demonstrações contábeis.
-
85. Nos termos regulados pela NBC TA 200,
- (A) se executados os procedimentos de auditoria para saber se todas as informações relevantes foram obtidas, o auditor sempre terá a certeza da integridade da informação.
 - (B) não há limites práticos à capacidade do auditor de obter evidências de auditoria.
 - (C) a auditoria é uma investigação oficial de suposto delito.
 - (D) os procedimentos de auditoria aplicados para coletar evidências de auditoria podem ser ineficazes para a detecção de distorção relevante que envolva fraude.
 - (E) o auditor tem poder de busca, necessário para investigação de delitos.
-
86. De acordo com o que dispõe a NBC TA 200, suficiência e adequação são características atribuídas
- (A) aos riscos de auditoria.
 - (B) aos papéis de trabalho.
 - (C) ao planejamento da auditoria.
 - (D) à amostragem.
 - (E) às evidências de auditoria.
-
87. Um auditor verificou a ocorrência de ato intencional de manipulação de transações e operações. Nos termos estabelecidos na NBC TI 01, este ato consiste em
- (A) fraude e o auditor deve informar a administração da entidade de forma escrita ou verbal.
 - (B) erro e o auditor deve informar a administração da entidade de forma escrita ou verbal.
 - (C) fraude e o auditor deve informar a administração da entidade de forma escrita, apenas.
 - (D) erro e o auditor deve informar a administração da entidade de forma escrita, apenas.
 - (E) fraude e o auditor deve informar a administração da entidade apenas se constatado prejuízo monetário.
-
88. Conforme disposto na NBC TI 01,
- (A) "verificação de registros, documentos e ativos tangíveis" corresponde à "observação" e é procedimento dos testes substantivos.
 - (B) "acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução" corresponde à "observação" e é procedimento dos testes de observância.
 - (C) "obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade" corresponde à "investigação e confirmação" e é procedimento dos testes substantivos.
 - (D) "verificação de registros, documentos e ativos tangíveis" e "acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução" correspondem à "investigação e confirmação" e são procedimentos dos testes de observância.
 - (E) "verificação de registros, documentos e ativos tangíveis", "acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução" e "obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade" correspondem à "inspeção" e são procedimentos dos testes substantivos.



89. A NBC TI 01 estabelece que a finalidade da atividade da auditoria interna é
- (A) definir parâmetros objetivos para aferição da regularidade fiscal e dimensionamento real dos números e resultados que a entidade auditada pode alcançar.
 - (B) evitar a ocorrência de crimes fiscais no âmbito da organização.
 - (C) avaliar a competência dos gestores da entidade auditada.
 - (D) conhecer e aprimorar a capacidade organizacional da entidade auditada por meio de análises de procedimentos e propostas de otimização de rotinas.
 - (E) agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

Licitações e Contratos Administrativos

90. Considere que a Administração tenha celebrado um contrato de obras, regido pela Lei nº 8.666/1993 na modalidade empreitada por preço global, para duplicação de uma rodovia em trecho de serra. Ocorre que, no curso da execução da obra, verificou-se que a geologia da região onde deveria ser construído um túnel demandaria a mudança do método construtivo, com aumento de custos em relação àqueles considerados pela contratada no momento do oferecimento da proposta. Aconteceu-se, como solução, alteração do projeto com mudança do traçado da rodovia, o que poderia reduzir o incremento de custos na execução. Diante de tal cenário,
- (A) a solução aventada somente seria viável se a contratação tivesse sido realizada na modalidade empreitada integral, em que compete à contratada a elaboração, e eventuais modificações, do projeto básico e das soluções técnicas para a execução da obra.
 - (B) caberá à contratada escolher a solução técnica mais adequada para a execução do objeto contratado, incluindo alteração do projeto básico, cabendo direito a reequilíbrio econômico-financeiro apenas se comprovada a ocorrência de caso fortuito ou força maior.
 - (C) a Administração somente poderá demandar ou anuir com modificações que alterem o projeto executivo, vedadas aquelas que importem modificação de especificações constantes do projeto básico disponibilizado na fase de licitação.
 - (D) a Administração poderá alterar o contrato para modificação do projeto ou de suas especificações, independentemente da concordância da contratada, devendo, concomitantemente, restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro original mediante aditivo contratual.
 - (E) constitui risco integral da contratada a variação de custo decorrente de alteração do projeto básico ou executivo, incluindo acréscimos de quantitativos, estes que somente ensejam direito à reequilíbrio econômico financeiro na modalidade empreitada por preços unitários.
91. Suponha que determinada Secretaria de Estado tenha instaurado procedimento licitatório para reforma do prédio em que estava instalada. Ocorre que, no curso do procedimento licitatório, foi informada sobre a decisão de mudança para um edifício mais moderno que foi recebido pelo Estado em dação em pagamento de uma dívida. Diante de tal cenário,
- (A) a autoridade responsável poderá revogar a licitação, mediante despacho fundamentado, independentemente da etapa em que se encontre o certame em curso.
 - (B) a licitação deverá ser anulada, por circunstância fática superveniente, descabendo indenização aos licitantes.
 - (C) a licitação poderá ser cancelada a critério da Administração, assegurado ao licitante que ofertou a melhor proposta o direito de adjudicação que pode ser convertido em perdas e danos.
 - (D) somente será possível a revogação da licitação se ainda não concluída a fase de habilitação dos licitantes, após o que somente se admite a anulação por ilegalidade ou falhas formais.
 - (E) descabe revogação do certame, haja vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, porém a Administração não estará obrigada a firmar o contrato com o licitante vencedor se comprovar que possui alternativa mais econômica.
92. Suponha que determinado município tenha realizado evento cultural que contou com diversas atrações, entre as quais um *show* de cantor sertanejo bastante popular. Ao examinar as contas do referido município verificou-se que foram dispendidos recursos significativos para referida contratação e que a mesma foi realizada sem prévia licitação. Constatou-se, ainda, que o contrato não foi firmado diretamente com o cantor e sim com o respectivo empresário, alegando o município tratar-se de prática comum no setor artístico. Considerando as disposições da Lei nº 8.666/1993 que disciplinam a matéria, verifica-se
- (A) irregularidade formal que não macula a contratação com dispensa de licitação, cabendo comprovar, contudo, as razões de interesse público que justificam a contratação direta e a razoabilidade do valor do contrato.
 - (B) inviabilidade jurídica de contratação direta, eis que somente admissível se realizada diretamente com artista consagrado pela opinião pública e também pela crítica especializada, vedada qualquer intermediação.
 - (C) hipótese de dispensa de licitação, sendo necessário comprovar a compatibilidade do preço (conhecido como “*cachê*”) com os praticados no mercado artístico.
 - (D) ilegalidade, eis que a contratação deveria ter sido precedida de chamamento público em que profissionais do mesmo setor pudessem ter apresentado propostas mais vantajosas para a Administração em regime de competição.
 - (E) hipótese de inexigibilidade de licitação, que não é afastada pela circunstância de não ser o artista contratado diretamente, admitindo-se que o contrato seja celebrado com empresário exclusivo.



93. Ao examinar convênio celebrado pelo Estado com determinado município, a fiscalização do Tribunal constatou que não houve prévia análise e manifestação do órgão responsável pelo assessoramento jurídico da Administração, havendo, contudo, a regular aprovação do plano de trabalho por ambos os signatários do convênio. Referido apontamento indica
- (A) tratar-se de convênio que não envolve transferência de recursos entre os signatários, hipótese em que não é legalmente exigida a manifestação do órgão de assessoramento jurídico.
 - (B) descumprimento de requisito legal obrigatório, pois as minutas de contratos, acordos, convênios ou ajustes devem contar com exame prévio do órgão de assessoramento jurídico da Administração.
 - (C) equívoco da área de fiscalização, pois apenas instrumentos jurídicos de natureza contratual necessitam de prévia análise do órgão de assessoramento jurídico da Administração.
 - (D) possível irregularidade, que pode ser afastada se comprovado que as obrigações estabelecidas no convênio versam sobre matéria de ordem técnica ou financeira.
 - (E) ausência de descumprimento de obrigação legal, eis que a manifestação do órgão jurídico é facultativa quando se trate de convênio entre entes federados.
-
94. Parcela significativa da doutrina aponta como um dos traços característicos dos contratos administrativos a natureza *intuitu personae*, notadamente em face da escolha por procedimento licitatório no qual é selecionada a melhor proposta e aferida a capacidade técnica e financeira do contratado para realização do objeto. Não obstante, de acordo com o regramento estabelecido pela Lei nº 8.666/1993,
- (A) a falência da contratada não enseja a rescisão do contrato, que pode ser sub-rogado a empresa que detenha as mesmas condições de qualificação técnica e financeira.
 - (B) admite-se a participação de empresas em consórcio apenas para fins de somatório dos atestados, podendo o contrato ser firmado exclusivamente com a empresa líder.
 - (C) é possível a cessão do contrato, a exclusivo critério da contratada, desde que mantida a integralidade da garantia de execução estabelecida no edital.
 - (D) admite-se a subcontratação de parcelas do objeto, desde que na forma prevista no edital ou contrato.
 - (E) a transferência do controle acionário da empresa contratada somente deve ser comunicada à Administração se ensejar modificação da capacidade econômica original.
-
95. Determinado órgão da Administração estadual instaurou pregão eletrônico para contratação de projeto de engenharia para instalação de sistema de ar condicionado no prédio que ocupa. A descrição dos serviços constantes do edital apresentou as especificações técnicas de mercado e os padrões de desempenho e qualidade requeridos para o escopo a ser contratado. Objetivando evitar riscos de inexecução ou execução inadequada do futuro contrato, foram estabelecidos no instrumento convocatório os seguintes requisitos: garantia de proposta, no percentual de 0,5% do valor estimado da contratação; garantia de execução contratual, de 5% do valor estimado da contratação, na forma de seguro garantia, caução ou fiança bancária, e apresentação de atestados que comprovem experiência anterior dos licitantes em objeto similar em complexidade e quantidade. A situação descrita indica ilegalidade, eis que
- (A) a partir da edição da Lei nº 14.133/2021 restou pacificada a dúvida anteriormente existente e vedada, expressamente, a adoção da modalidade pregão para contratação de serviços de engenharia.
 - (B) na modalidade pregão não é admissível a exigência aos licitantes de apresentação de garantia de proposta, ainda que em percentual reduzido.
 - (C) o percentual estabelecido para garantia de execução contratual extrapola o limite máximo fixado para a modalidade pregão.
 - (D) é vedada a exigência de atestação técnica, pois tal requisito descaracteriza a natureza comum dos serviços e impede a adoção da modalidade pregão.
 - (E) apenas pequenas obras, reformas e reparos admitem a contratação na modalidade pregão, vedada tal modalidade para contratação de projetos.
-
96. Considere que uma empresa vencedora de licitação na modalidade concorrência, regida pela Lei nº 14.133/2021, tenha apresentado requerimento declinando do direito de firmar o contrato em função das mudanças no cenário macroeconômico, especialmente aumento da taxa de juros para tomada de financiamento, o que teria tornado a proposta apresentada antieconômica e de difícil execução. De acordo com as disposições legais aplicáveis,
- (A) a Administração somente poderá liberar o vencedor da obrigação de assinar o contrato se obtiver sucesso no procedimento de negociação com os demais licitantes, por ordem de classificação, obtendo proposta mais vantajosa que a original.
 - (B) fica a critério da Administração celebrar o contrato com o segundo colocado, desde que mantidas as condições da proposta apresentada pelo primeiro colocado, hipótese em deverá ser restituída a garantia de proposta.
 - (C) inexistente essa faculdade enquanto não expirado o prazo de validade da proposta, e caso haja recusa em assinar o contrato, estará o vencedor sujeito à penalidade de proibição de licitar e contratar com a Administração.
 - (D) o licitante vencedor estará desobrigado de firmar o contrato se transcorridos mais de 60 dias da adjudicação do objeto, vedada fixação, no edital, de prazo superior para manutenção de proposta ou prorrogações.
 - (E) poderá o licitante vencedor negar-se legitimamente a firmar o contrato, ainda que vigente a proposta, se considerar que houve modificação das condições econômicas em que a mesma foi formulada, devendo comprovar tal circunstância com dados técnicos.



97. Considere que a Administração pretenda alienar veículos que não estão mais em uso e também imóveis que se encontram desocupados e sem destinação a qualquer órgão público. Para tanto, adotando o regramento estabelecido pela Lei nº 14.133/2021,
- (A) são necessárias avaliação prévia, autorização legislativa e licitação, adotando a modalidade leilão para venda dos veículos e dos imóveis, dispensado o certame, por exemplo, no caso de alienação de bens imóveis adquiridos mediante dação em pagamento.
 - (B) necessita de autorização legislativa para alienação dos imóveis, salvo se já desafetados, bem como de avaliação prévia e adoção da modalidade concorrência; admitindo-se a modalidade leilão apenas para venda dos veículos.
 - (C) deverá realizar avaliação prévia para alienação dos imóveis e dos veículos, adotando a modalidade leilão para venda dos veículos, desde que declarados inservíveis com baixa patrimonial, e se admitindo a mesma modalidade apenas para imóveis oriundos de adjudicação ou dação em pagamento.
 - (D) poderá dispensar licitação para venda dos veículos, adotando-se valor mínimo constante de tabelas que reflitam os preços praticados no mercado, exigindo-se licitação na modalidade concorrência para alienação de imóveis de qualquer valor, precedida de avaliação e autorização legislativa.
 - (E) a alienação dos veículos pode ser feita por procedimento de credenciamento e a dos imóveis por leilão, exigida avaliação prévia e autorização legislativa para todos os imóveis, exceto os de pequeno valor ou remanescentes de desapropriação.

Regime Próprio e Regime Complementar de Previdência

98. Diógenes é filho solteiro de segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás, tendo sido atestado com invalidez permanente aos 25 anos de idade; Vênus é tutelada de segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás, solteira, com 20 anos de idade; Zeus é enteado de segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás, solteiro, não emancipado, dele sendo dependente economicamente, com 19 anos de idade. Nos termos da Lei Complementar nº 161/2020 do Estado de Goiás, APENAS
- (A) Diógenes e Zeus podem ser considerados dependentes do segurado.
 - (B) Zeus pode ser considerado dependente do segurado.
 - (C) Vênus pode ser considerada dependente do segurado.
 - (D) Zeus e Vênus podem ser considerados dependentes do segurado.
 - (E) Diógenes e Vênus podem ser considerados dependentes do segurado.
99. Arquimedes é servidor público ocupante de cargo efetivo, da Secretaria da Saúde do Estado de Goiás. Por ocasião do nascimento de seu filho, o citado servidor poderá se ausentar do trabalho sem prejuízo do seus vencimentos, nos termos da Constituição Estadual de Goiás, por
- (A) 5 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 20 dias.
 - (D) 120 dias.
 - (E) 60 dias.

100. Ísis é membro titular do Conselho Deliberativo da GOIASPREV. Para a validade de sua nomeação, ela deve ter sido levada a efeito por ato do I , para mandato de II anos, sendo III recondução.

Conforme a Lei Complementar nº 66/2009 do Estado de Goiás, preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I**, **II** e **III**:

- (A) Governador do Estado de Goiás – 3 – permitida uma
- (B) Secretário de Fazenda do Estado de Goiás – 2 – vedada
- (C) Presidente da GOIASPREV – 2 – permitida uma
- (D) Presidente da GOIASPREV – 3 – vedada
- (E) Governador do Estado de Goiás – 2 – permitida uma